



Câmara de Vereadores de Pindamonhangaba
Estado de São Paulo

REQUERIMENTO 1499

EMENTA: Ao Governador do Estado de São Paulo - *Dr Geraldo Alckmin*, solicitando APOIO às reivindicações de reajustes salariais da Polícia Militar do Estado de São Paulo.

APROVADO
12 SET. 2010
Vereador Felipe César
Presidente

Senhor Presidente:

Considerando que o Governo do Estado não concedeu reajuste Salarial e nem efetuou a correção da inflação dos salários dos Policiais Militares nos anos de 2015 e 2016.

Considerando que a nossa Polícia Militar é a melhor polícia ostensiva e preventiva do País. Os indicadores criminais colocam o Estado de São Paulo em níveis com apenas um dígito, fato este que eleva o nosso Estado aos padrões recomendados pela ONU – Organização das Nações Unidas.

Considerando que a nossa Polícia Militar para complementar seu baixo salário, sacrifica seu descanso, suas folgas em busca de outros recursos financeiros para amplificar sua renda.

Considerando que, a nossa Lei Maior proíbe o Policial Militar de se manifestar realizando paralisações e greves, motivo pelo qual, de fato, não é ouvido nas rodadas de negociações salariais, desta forma dispõe o artigo 142, § 3º, IV da Constituição Federal:

Art. 142. As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais



Câmara de Vereadores de Pindamonhangaba

Estado de São Paulo

permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.

§ 3º Os membros das Forças Armadas são denominados militares, aplicando-se-lhes, além das que vierem a ser fixadas em lei, as seguintes disposições:

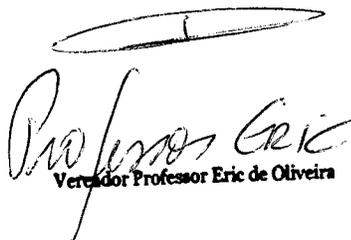
(...)

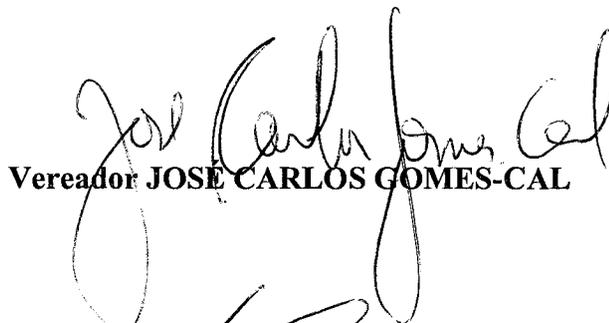
IV - ao militar são proibidas a sindicalização e a greve

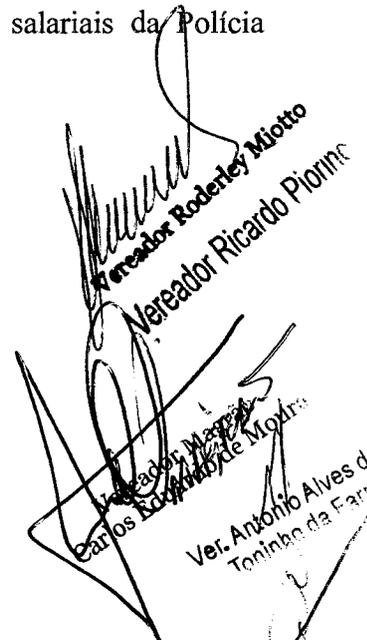
Considerando que, o Policial Militar tem o dever de servir e proteger a sociedade e seu patrimônio, mas tem também O DIREITO DE VIVER COM DIGNIDADE.

REQUEIRO a Mesa, consultado o Plenário seja oficiado Governador do Estado de São Paulo - *Dr Geraldo Alckmin*, solicitando APOIO às reivindicações de reajustes salariais da Polícia Militar do Estado de São Paulo.

Plenário Dr. Francisco Romano de Oliveira, 12 de Setembro de 2016

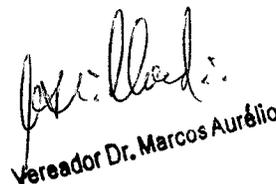

Vereador Professor Eric de Oliveira

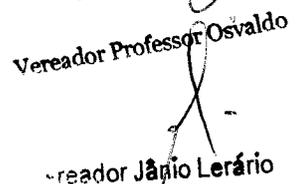

Vereador JOSE CARLOS GOMES-CAL


Vereador Roderley Miotto
Vereador Ricardo Pionno
Vereador Marcos
Carlos Edmundo de Moraes
Ver. Antônio Alves da S
Toninho da Farmácia


Vereador FELIPE CESAR
Presidente da Câmara de Pindamonhangaba


Vereador Martin César
Vereador Ricardo Pionno


Vereador Dr. Marcos Aurélio


Vereador Professor Osvaldo
Vereador Jânio Lerário



ASSOCIAÇÃO DOS SUBTENENTES E SARGENTOS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO

REAJUSTE ZERO PARA A POLÍCIA MILITAR EM 2015 E 2016

PELO TRATAMENTO IGUALITÁRIO AO DISPENSADO PELO GOVERNO FEDERAL AOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS.

É cediço que o governo federal está passando por grave crise financeira e mesmo assim vêm concedendo reajustes a categorias do funcionalismo público federal, com índices que chegam ao patamar de até 40% aos delegados de polícia federal.

A diretoria da Associação dos Subtenentes e Sargentos da Polícia Militar do Estado de São Paulo torna público aos policiais militares, aos pensionistas, à imprensa e à sociedade em geral a **INDIGNAÇÃO** e **PROTESTO** contra a atitude e a decisão do Governo do Estado, por meio da Secretaria de Segurança Pública, em não conceder aumento salarial (ganho real) e nem reajuste salarial (reposição inflacionária) aos policiais militares nos anos de 2015 e 2016.

Vale salientar que as campanhas salariais dos últimos dois anos foram coordenadas pela Coordenadoria das Entidades Representativas dos Policiais Militares do Estado de São Paulo (CERPM), que tentou, sem sucesso, conquistar melhorias salariais, por meio de reivindicações encaminhadas aos Secretários de Estado da Segurança Pública, Administração e Governo, e ao próprio Governador do Estado.

Reconhecemos o esforço da CERPM e do Comandante-Geral da Polícia Militar, mas **A SITUAÇÃO SALARIAL DOS POLICIAIS MILITARES É CRÍTICA E NÃO PODEMOS MAIS ESPERAR.**

Nossa Polícia Militar é a melhor polícia ostensiva e preventiva do Brasil. Os indicadores criminais colocam o Estado de São Paulo em níveis de apenas um dígito. A Organização das Nações Unidas (ONU) preconiza que como número aceitável de até 10 (dez) vítimas de homicídio por 100 mil (cem mil) habitantes. Em São Paulo, esse índice é de 8,7 mortes, o que representa um terço do número registrado nos outros 25 (vinte e cinco) Estados mais o Distrito Federal, que é de 25,2. Porém, mesmo assim **NÃO TEMOS O RECONHECIMENTO E NEM SOMOS VALORIZADOS** pelo Governo de São Paulo.

O policial militar tem o dever de servir e proteger a sociedade e seu patrimônio, mas tem também **O DIREITO DE VIVER COM DIGNIDADE.**

No setor privado, a legislação trabalhista e as convenções sindicais delimitam a data base para corrigir anualmente os salários dos trabalhadores.

A situação financeira de todo servidor público é grave, porém a do policial militar merece uma melhor atenção, pois, não raras vezes, ele perde seu bem maior, que é a sua vida, para defender alguém que sequer conhece, pois quando ingressa na Polícia Militar faz um compromisso de defender a sociedade com a própria vida, se necessário.

Para complementar o baixo salário, o policial compromete o seu descanso buscando outros recursos disponíveis, trabalhando nas horas de folga, fazendo com que inicie seu turno de serviço já cansado e desestimulado.

A Constituição Federal proíbe o policial militar de se manifestar realizando paralisações e greves, motivo pelo qual, de fato, não é ouvido nas rodadas de negociações salariais.

Na última reunião com o Secretário de Segurança Pública, restou agendado para a última semana de agosto do corrente ano um novo encontro para discutir a grave situação salarial. Esperamos ser recompensados por nossa lealdade ao Governo, às instituições, ao Estado Democrático de Direito e, principalmente, à população, que pode contar conosco, dia e noite, 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias do ano, nos 645 (seiscentos e quarenta e cinco) municípios do mais rico Estado da federação.

MARCO ANTONIO ZANCA

Subtenente PM

Presidente da ASSPM





ASSOCIAÇÃO DOS SUBTENENTES E SARGENTOS DA PMESP

6ª Representação - TAUBATÉ /SP

Rua: 4 de Março, 395, Centro, CEP: 12020-270

Taubaté / SP

Fones: (12) 3622-7128

e-mail: asspmtaubaté@asspm.org.br

Taubaté, 29 de agosto de 2016.

Ofício 043/2016 - Circular
Do Presidente da ASSPM – Vale do Paraíba
Aos Exmos Srs Vereadores da Câmara Municipal de Pindamonhangaba
Assunto: Reivindicação Salarial aos Policiais Militares – 2015/2016
Anexos: 01 (uma) cópia de Nota para Imprensa

Primeiramente, cumprimento-a cordial e respeitosamente, desejando sucesso ao nobre Edil e todos os assessores.

Em seguida, usamos da presente para em nome dos policiais militares da região do Vale do Paraíba, levar ao conhecimento a campanha salarial e o movimento reivindicatório iniciado pela Associação dos Subtenentes e Sargentos da Polícia Militar – ASSPM.

Nessa oportunidade, solicitamos o inestimável apoio desse parlamentar, pelo fato que o Governo do Estado de São Paulo não concedeu reajuste salarial e nem efetuou a correção da inflação, nos salários dos policiais militares nos anos de 2015 e 2016.

Contando com a atenção e a colaboração de sempre, agradecemos antecipadamente, colocando-nos sempre a disposição.

David Francisco Silva (a)
DAVID FRANCISCO SILVA
Presidente da ASSPM – Vale do Paraíba